

Sumário

Lista de Abreviaturas.....	V
Prefácio	VII
1. Introdução.....	1
2. Da Fiscalização Contábil, Financeira e Orçamentária e o Controle Externo	9
2.1 Há distinção entre fiscalização e controle?	12
2.2 Legalidade e legitimidade	15
2.3 Economicidade: princípio jurídico? Eficácia, eficiência, efetividade, equidade... ..	17
2.4 Princípios ou dimensões de desempenho?	21
2.5 O princípio da “eficiência” da administração pública	21
2.6 Aplicação das subvenções e renúncia de receitas	28
3. Da Responsabilidade por Bens e Valores Públicos.....	29
3.1 Responsáveis, gestores e ordenadores de despesa	32
3.2 Ordenadores de despesas	35
3.3 Prefeitos ordenadores de despesas	37
3.4 Accountability	40
4. Tribunal de Contas: Órgão Autônomo ou Auxiliar? Órgão do Poder Legislativo? Órgão do Poder Judiciário? Órgão que Auxilia sem ser Auxiliar? E o Ministério Público Junto ao Tribunal de Contas? Está Imerso na Estrutura do Tribunal ou Constitui Órgão Autônomo? Pertence ao Poder Legislativo ou ao Ministério Público?	43
5. Do Parecer Prévio	61

6. Do Julgamento de Contas	67
6.1 Contas estaduais e municipais	70
6.2 Julgamento das contas ou julgamento dos responsáveis?	72
6.3 O que são contas?	75
6.4 “Contas de gestão” e “contas de governo”	78
7. Dos Atos Sujeitos a Registro	81
8. Das Inspeções e Auditorias.....	97
9. Das Contas Nacionais de Empresas Supranacionais.....	101
10. Das Transferências Voluntárias a Outros Entes Estatais.....	103
11. Das Informações Solicitadas pelo Poder Legislativo.....	111
12. Das Sanções	115
13. Do Prazo para Correções de Ilegalidades.....	127
14. Da Sustação de Ato Impugnado.....	131
15. Da Representação a Poder Competente.....	133
16. Dos Contratos.....	135
17. Das Decisões.....	141
18. Dos Relatórios de Atividades.....	143
19. Da Organização, Jurisdição e Composição do Tribunal e de Sua Vinculação ao STJ.....	147
20. Dos Membros: Ministros ou Conselheiros e Auditores (Ministros-Substitutos e Conselheiros Substitutos).....	149
21. Dos Ministros ou Conselheiros.....	161
22. Dos Auditores (Ministros-Substitutos e Conselheiros-Substitutos)	165

23. Dos Membros do Ministério Público de Contas	217
24. Do Controle Interno.....	219
25. Da Denúncia	227
26. Dos Tribunais de Contas Estaduais (e Municipais?). Conselhos de Contas?	229
27. Das Cotas do Fundo de Participação dos Estados (FPE) e do Fundo de Participação dos Municípios (FPM).....	235
28. Da Comissão Mista Permanente de Orçamento	239
29. De Outros Aspectos Relevantes em Relação aos Tribunais de Contas...241	
29.1 Da ampliação de competência do tribunal de contas na lei de responsabilidade fiscal	242
29.2 Da ampliação de competência do tribunal de contas na “lei dos crimes contra as finanças públicas” (lei federal nº 10.028/2000)	245
29.3 Das normas estaduais ampliando a competência do tribunal de contas.....	246
29.4 Da distribuição assimétrica de processos	249
29.5 Da inexistência de duplo grau de jurisdição nos tribunais de contas.....	251
29.6 Da indevida acumulação das funções de investigador, acusador e julgador	253
29.7 da imprescritibilidade da ação de ressarcimento ao erário (art. 37, § 5º, da CRFB).....	254
30. Da Consulta	259
Apêndice.....	263
Bibliografia	273